

## **BANDARRA E A EXPANSÃO ULTRAMARINA: CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E IDENTIDADE LUSITANA\***

*Leandro Henrique Magalhães\*\**

---

**Resumo.** Gonçalo Annes Bandarra foi um sapateiro que viveu em Portugal no século XVI, na Vila de Trancoso. Autor de trovas de caráter profético, foi perseguido, preso e condenado pela inquisição lusitana. Sua obra adquiriu importância crescente em Portugal, em especial após o desaparecimento de D. Sebastião, sendo um documento fundamental para o entendimento do messianismo português. Apesar de sua importância, poucos estudos se preocuparam em inseri-las em seu tempo. Esta é a proposta deste artigo: entender as Trovas de Bandarra em seu tempo, ou seja, a primeira metade do século XVI, momento marcado pelo processo de centralização política do reino e de expansão ultramarina.

**Palavras-chaves:** Trovas de Bandarra; messianismo português; expansão ultramarina; centralização política; identidade lusitana.

## **BANDARRA AND THE ULTRAMARINE EXPANSION PROCESS: POLITICAL CENTRALIZATION AND PORTUGUESE IDENTITY**

**Abstract.** Gonçalo Annes Bandarra was a shoemaker who lived in Portugal during the 16<sup>th</sup> century in Vila de Trancoso. Author of prophetic ballads, he was pursued, arrested and condemned by the Portuguese Holy Office. His work got increasing importance in Portugal after the disappearance of D. Sebastião, and was a fundamental document for the understanding of Portuguese Messianism. Despite its importance, few studies were concerned with inserting them in their own times. This is the objective of this article: understand Badarra's ballads in his own time, that is, the first half of 16<sup>th</sup> century, a moment marked by the political centralization process of the Kingdom and the ultramarine expansion process.

**Keywords:** Bandarra's Ballads, Portuguese Messianism, Ultramarine Expansion, Political Centralization, Portuguese Identity.

---

\* Artigo recebido em 7/1/2008 e aprovado em 7/2/2008.

\*\* Professor do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

## BANDARRA Y LA EXPANSIÓN ULTRAMARINA: CENTRALIZACIÓN POLÍTICA E IDENTIDAD LUSITANA

**Resumen.** Gonçalo Annes Bandarra fue un zapatero que vivió en Portugal, en el siglo XVI, en la Villa de Trancoso. Autor de trovas de carácter profético, fue perseguido, preso y condenado por la inquisición lusitana. Su obra adquirió importancia creciente en Portugal, especialmente, después de la desaparición de Don Sebastián, siendo un documento fundamental para el entendimiento del mesianismo portugués. A pesar de su importancia, pocos estudios se preocuparon en ubicarlas en su tiempo. Ésta es la propuesta de este artículo: entender las Trovas de Bandarra en su tiempo, o sea, la primera mitad del siglo XVI, momento marcado por el proceso de centralización política del reino y de la expansión ultramarina.

**Palabras Clave:** Trovas de Bandarra, Mesianismo Portugués, Expansión Ultramarina, Centralización Política, Identidad Lusitana.

---

As Trovas de Bandarra, obra constituída no século XVI por um sapateiro residente na Vila de Trancoso, vêm despertando interesse dos estudiosos do messianismo português, porém a importância da obra para a sociedade lusitana e suas inúmeras reimpressões não foram, até o momento, motivos suficientes para justificar sua análise a partir de seu contexto histórico. É este o desafio deste trabalho: inserir as Trovas em seu tempo, ou seja, a primeira metade do século XVI, momento de transformações políticas, econômicas e sociais, marcado pelos processos de centralização política do reino e de expansão ultramarina.

Apesar de não termos informações sobre a data de nascimento e morte de Bandarra, sabemos que vivenciou o fim do reinado de D. Manuel e o início do de D. João III. A última referência que temos é do ano de 1541, quando de sua sentença pela então recém-instalada inquisição de Lisboa<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Foi publicada a sentença atrás escrita na cidade de Lisboa aos / vinte e três dias de outubro de 1541 anos no / cadafalso da Ribeira onde se fez o Auto / de Fé da Santa Inquisição estando presente Gonçallo / Annes sapateiro de Trancoso que ouviu a dita sentença / e cumpriu o nela contido e fez a dita declaração / ele com o que lhe foi mandado. Jorge Carvalho / o escrevi. Prefeitura Municipal de Trancoso (1996, Fólio 09, 01-08). Processo consultado no Real Gabinete Português de Leitura, na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

As Trovas, que só foram compiladas entre os anos 1537 e 1538, pelo tosedor converso de Trancoso Heitor Lopes Furtado<sup>2</sup>, podem ser entendidas como uma obra aberta, tendo em vista que, até aquele momento, eram distribuídas em forma de manuscrito ou divulgadas pela tradição oral, o que possibilitava alterações em seu conteúdo pelo próprio autor ou por quem tivesse acesso a elas. Este fato possibilita que encontremos referências, nas Trovas, ao período de ambos os reinados, em especial no que se refere à expansão ultramarina e às questões dinásticas, problema que ganha importância com D. João III, graças à morte sucessiva de seus filhos, herdeiros da coroa lusitana (PINA, 1950; GÓIS, 1926; SOUSA, 1951).

O contexto vivido por Bandarra deve ser pensado a partir do reinado de D. João II, tendo-se em vista que foi nesse momento que ganharam corpo o processo de centralização política, a expansão ultramarina e a política de aproximação com a coroa espanhola, por meio do casamento. Devemos ter claro, no entanto, que provavelmente Bandarra não percebera as questões da forma sistematizada como apresentamos aqui, sendo possível que em sua obra haja uma confusão entre os reinados e a dinâmica da expansão, que não é única.

A política de casamentos entre as coroas ibéricas tinha por objetivo central a manutenção de uma relação pacífica com o reino vizinho, mas, ao mesmo tempo, gerava uma expectativa sobre a possibilidade de união das coroas a partir de um monarca lusitano, o que esteve prestes a ocorrer, primeiro no juramento de D. Manuel e D. Isabel como herdeiros da coroa de Castela (GÓIS, 1926, p. 60), e depois com a morte do príncipe herdeiro ao trono espanhol, D. Juan, quando se passou a esperar que D. Miguel, filho de D. Manuel, assumisse as coroas de Castela, Aragão e Portugal. Porém, o príncipe morreu em 1500, o que abriu espaço para que Filipe I, casado com a filha dos reis católicos Joana, a Louca, assumisse as coroas de Castela e Aragão.

O reinado de D. João II foi marcado também pela política do disciplinamento da nobreza, fato verificado já nas cortes de Évora de 1481, realizadas no mês de novembro, três após sua aclamação, quando estabeleceu novo cerimonial de juramento e obediência (CHAVES, 1984, p. 122-123 apud MAGALHÃES, 1997, p. 437). Atitudes como esta, aliadas à imposição de corregedores em terras de senhores e à verificação da legitimidade de jurisdições e poderes, levaram à mobilização de parte

---

<sup>2</sup> Prefeitura Municipal de Trancoso (1996, Fólio 03, 20-23).

da nobreza, liderada pelo Duque de Bragança, que acabou preso, julgado e condenado à morte, sendo suas vilas e fortalezas incorporadas à coroa (PINA, 1950, p. 233). Também foi morto, assassinado, D. Diogo, Duque de Viseu, irmão da mulher do monarca, D. Leonor, e do futuro rei, D. Manuel.

Neste momento o rei anunciou a D. Manuel que “se o Principe seu filho falecesse, e elle nō tivesse outro filho legitimo que ho socedesse, que daquella hora pera entam ho avia por seu filho, e herdeiro de todos seus Regnos e Senhorios” (PINA, 1950, p. 59). Com isso D. João II conseguia, sem alterar a estrutura social existente, fazer com que a autoridade real fosse incontestada, iniciando um processo - continuado pelo seu sucessor - de subordinação da nobreza ao rei.

D. João II morreu sem deixar descendência, iniciando um problema dinástico que, graças à interferência de D. Leonor, tornou-se de fácil solução. Com o falecimento de D. Afonso, que se casara com a infanta D. Isabel de Castela numa esperança de conquista das coroas espanholas, e de D. Diogo, filhos legítimos do monarca, a coroa recairia sobre seu bastardo, D. Jorge, esforçando-se o monarca para habilitá-lo ao trono (PINA, 1950, p. 134-142). No entanto, desde o falecimento do Duque de Viseu, havia indícios de que a coroa poderia ser assumida por D. Manuel, em especial após a morte do príncipe herdeiro, quando ficou claro a todos que “ho Duque ficava soo, e legitimo herdeiro da Casa Real de Portugal, com esperança de soceder tantos Regnos, e Senhorios” (PINA, 1950, p. 138). Assim, a coroa foi destinada ao primo do monarca, D. Manuel, que seria sucedido por D. Jorge, filho bastardo de D. João II, caso morresse sem deixar descendente. Além disso, foi solicitado, em testamento, que o futuro rei casasse sua primeira filha com D. Jorge:

Ittem encomendo e mando a todolos tres estados destes meus regnos e senhorios que obedeçaõ ao dito Duque meu primo e o recebaõ por Rey e Senhor e o sirvaõ com muy grande lealdade e amor como aquelles em que a sempre ouve e folgum de acrecentar sempre esta tam gande virtude de que no mundo saõ postos por exemplo de totalas nações e asym encomendo ao dito Duque meu Primo que tracte bem todoslos tres estados em muita justiça paz e sosego delles e asym os ditos regnos e senhorios (PINA, 1950, p. 267).

Mesmo com a garantia do testamento, D. Manuel foi aclamado rei em Alcácer do Sul em 17 de outubro de 1495, dois dias após a morte de

D. João II, e convocou cortes para Montemor-o-Novo, não deixando dúvidas sobre sua legitimidade. As possibilidades de que D. Manuel viesse a ser rei de Portugal eram remotas a princípio, tendo-se em vista não ser o primogênito de sua família e não ser descendente direto do monarca. Sua posição era de unificação de linhagens, por ser neto paterno de D. Duarte e materno de D. João I, além de aproximar o Duque de Bragança, seu primo, da coroa portuguesa, ao possibilitar que retornasse ao reino após a morte de D. João II. O monarca manteve a política de aproximação dos reis católicos, casando-se com três infantas: D. Isabel, D. Maria e D. Leonor.

D. Manuel deu continuidade também ao projeto de expansão ultramarina, que ganhara novos contornos a partir do reinado de D. João II, após retração do processo, pela morte do infante D. Henrique. O monarca indica membros da nobreza lusitana para o comando das esquadras, sendo significativo o envio dos escudeiros Diogo Cão, em 1482, e Bartolomeu Dias, em 1487, prática mantida e intensificada por D. Manuel, que nomeava nobres de linhagem para liderar as frotas para as Índias, como foram os casos de Vasco de Gama e Pedro Álvares Cabral<sup>3</sup>.

Tanto os portugueses quanto os espanhóis desejavam encontrar um caminho alternativo para as Índias, visando, principalmente, ao comércio de especiarias, até então dominado pelos venezianos, afetando diretamente seus concorrentes italianos, que, desde o século XIV, passaram a apoiar os investimentos ibéricos em pesquisas e viagens, havendo, inclusive, casas comerciais italianas instaladas em Portugal. Esse fato foi demonstrado também pela presença de Colombo e Américo Vespúcio no reino e de barcos italianos nas frotas para as Índias (RADULET, 1992).

Pelo envolvimento com mouros egípcios e turcos, os venezianos eram considerados inimigos da cristandade pelo papado, que chegou a propor uma liga cristã contra a França e Veneza, apoiada por Castela, mas não por D. Manuel (GÓIS, 1926, p. 87-89). Não é de surpreender, assim,

---

<sup>3</sup> Partindo das *Décadas*, de João de Barros, entendemos Índias como “a região a que os geógrafos propriamente chamam Índia, é a terra que jaz entre os dois ilustres e celebrados rios Indo e Gange, do qual Indo ela tomou o nome, e, os povos antiquíssimo reino Deli, cabeça por sítio e poder de toda esta região, e assim a genta pásea a ela vezinha, ao presente por nome proprio lhe chamam indosião” (BARROS, 1983, p. 50). Também em os *Lusíadas*, Camões identifica as Índias como a região dos referidos rios, seja no sonho de D. Manuel (canto IV, estrofes 69-74), seja quando descreve a região (canto VII, estrofe 17) (CAMÕES, 1980).

o fato de, em Bandarra, na trova XX (1989, p. 41), encontrarmos referências aos venezianos, identificados como aliados dos egípcios no que se refere à distribuição de produtos na Europa e, principalmente, como inimigos dos portugueses.

Havia ainda interesse português em contatar e se aliar ao reino cristão de Prestes João, que se acreditava estar localizado na região da atual Etiópia. Tal aliança significaria uma frente cristã no Oriente, favorecendo o processo de expansão da fé ao afrontar a religião muçulmana, predominante na região das Índias, e reforçando seu papel de evangelizadores, com obrigação de levar o cristianismo a todo o mundo, alargando a noção de '*Respublica Christiana*', tendo em vista a necessidade de acolher todos os povos no seio da Igreja, sob a liderança do rei de Portugal. A evangelização é um elemento que vai permear todo o processo de expansão ultramarina, tido como o principal objetivo dos portugueses, fato demonstrado em carta enviada por D. Manuel ao Samorim de Calicute, quando afirma os fins espirituais da colonização (CASTANHEDA, 1924, p. 78-80 apud SERRÃO, 1982, p. 147).

Acreditava-se que os portugueses não eram os primeiros cristãos a chegarem àquelas terras com objetivos de evangelização, tendo-se em vista encontrarem-se, conforme indicado por Joaquim Veríssimo Serrão, alguns sacerdotes orientais que afirmavam que por ali passaram apóstolos como São Tomé, São Bartolomeu e São Judas (SERRÃO, 1982, p. 148). Era corrente a crença de que São Tomé, por suas dúvidas quanto à ressurreição de Cristo, teria sido condenado a pregar aos povos longínquos, em especial aos asiáticos, temática retomada no Brasil, onde também encontramos alusão à presença deste apóstolo. Bandarra compartilha das crenças de sua época, tendo-se em vista a referência que faz às terras de Tomé e ao domínio do rei português sobre a região:

LXVII

Em os campos de Tropé  
Vossa fruta tangereis  
E nas terras de Tomé  
E nas terras de Tomé,  
Todos nelas bailareis,  
Com os filhos de Ulisse,  
Que gostam nosso tanger.  
Nenhum porco roncará,  
Nenhum lobo uivará  
Senão por vosso querer (BANDARRA, 1989, p. 54).

Além de Bandarra, encontramos nos cronistas da época passagens que tratam da presença de São Tomé no Oriente, como é o caso de Luís de Camões (1980), que em *Os Lusíadas* narra milagres que São Tomé teria realizado nas Índias, como arrastar lenhas de grandeza desmedida, do mar para a terra, visando à construção de um templo, ou a ressurreição de um homem, livrando-o da acusação de assassinato por se descobrir que seu próprio pai era o responsável pela morte.

João de Barros, um dos mais importantes cronistas dos descobrimentos, narra, nas suas *Décadas*, o fato de os portugueses estarem no Oriente para continuar o trabalho realizado pelo apóstolo, e não para atender a interesses pessoais:

Peró comunicar, conservar e contactar com gente da Índia, cujos idólatras, abusos, vícios, opiniões e seitas, um apóstolo de Jesus Cristo, por êle enviado como foi São Tomé, temeu e receu ir a ela, sómente a lhe dar doutrina de paz e salvação para suas almas, como se podia esperar que a nossa doutrina, ainda que católica fôsse, por ser com mão armada e não por bôca de apóstolos, mas de homens subjectos mais a seus particulares proveitos que a salvação daquele povo gentio, podia fazer neles impressão, principalmente a cêrca dos mouros que, por razão desta doutrina evangélica, eram nossos capitais inimigos (BARROS, 1983, p. 189).

Também nos *Anais de D. João III*, redigido por Frei Luís de Sousa, aparece referência ao apóstolo, ao apontar indícios de que seu corpo havia sido encontrado na cidade de Meliapor, uma das mais antigas da região:

Acudiu Deus nesta conjunção aos seus fiéis da Índia com ua nova bastante a temperar maiores desgostos, qual foi a que Manuel de Frias, capitão da costa de Coromandel, trouxe ao governador D. Duarte: de se ter descoberto e achado o corpo do bem aventurado apóstolo S. Tomé no sítio da mui antiga cidade de Meliapor, sete léguas do porto de Paliacate (PINA, 1950, p. 147).

Percebemos, assim, como Bandarra estava atento às questões contemporâneas, como é o caso do papel dos venezianos no comércio oriental e da lenda de São Tomé, ou ainda a possibilidade de aliança com o rei cristão, que, como visto, configurava-se como uma esperança portuguesa ante a ameaça muçulmana no Oriente (GÓIS, 1926, p. 208),

ou como uma porta que, segundo Bandarra, abria-se contra seus principais inimigos:

LXXVI  
Uma porta se abrirá  
Num dos Reinos Africanos,  
Contrária aos Arrianos,  
Que nunca se cerrará.  
A vaca receberá  
A nova gente que vem,  
Com prazer de tanto bem  
Seu leite derramará (BANDARRA, 1989, p. 58).

Foram várias as incursões em busca do reino de Prestes João, sendo a principal delas encabeçada por Pero de Covilhã e Afonso de Paiva, que partiram de Lisboa no ano de 1487, no reinado de D. João II, disfarçados de mercadores. Somente o primeiro alcançou seu destino, tendo o segundo morrido em 1488, logo após partirem do Egito e atravessarem o Mar Vermelho.

Outra inserção dos portugueses por terras orientais em busca do Prestes João foi o envio por D. Manuel, em 1506, de João Gomes e João Sanches, que alcançaram a Etiópia e contataram sua rainha, mas também não retornaram a Portugal. O primeiro a dar notícias das terras do Prestes João foi o cristão armênio Mateus, embaixador etíope que trouxe esperanças para D. Manuel de uma possível aliança, retornando em 1520, na companhia de D. Rodrigo de Lima, cuja viagem foi narrada pelo padre Francisco Álvares (ÁLVARES, 1989, p. 11).

Neste relato nos é apresentado um monarca africano que tinha conhecimento do cristianismo oriental, “a Igreja de Constantinopla que era de Marcos, e a de Grécia, que era de Joanne, Patriarca de Alexandria” (ÁLVARES, 1989, p. 153), e que, de acordo com diversas passagens, questionava os portugueses sobre sua religião e as diferenças em relação às religiões predominantes na região, demonstrando, ainda segundo tal narrativa, tendência ao cristianismo. Há duas referências a estas viagens nos Anais de D. João III: a primeira quando se menciona um presente enviado por Prestes João a D. Manuel, “ua cruz feita do Santo Lenho, em que Cristo nosso Redentor padeceu” (ÁLVARES, 1989, p. 153), dado ao Papa Adriano, sucessor de Leão X. Na segunda, repetindo o mesmo episódio, é reforçado o do Papa ter recebido os presentes, o que indica que também Roma acreditava na existência de um rei cristão no Oriente,

confundido aqui com “el-rei da Abassi, que chamamos vulgarmente Prestes João” (ÁLVARES, 1989, p. 03). Esta referência aparece também na “Crônica do Felicissimo Rei D. Manuel, composta por Damião de Góis”, quando o cronista narra o recebimento do presente do rei da Etiópia, e o envia a D. Manuel (GÓIS, 1926, p. 116).

Há ainda na crônica de D. Manuel, uma descrição da busca da terra do Prestes João, desde o reinado de D. João II até a chegada dos embaixadores etíopes a Portugal:

Elrei dô loão ho fegundo viuendo teue fempres grãdes defejos de defcobrir há nauegaçam da Índia, & afsi de ter algua notiçia do prefte loão das Índias, por fer Chrifitão, parecendo-lhe que fe poderia naquellas partes ajudar de fua amizade [...] (GÓIS, 1926, p. 116).

A viagem de Pero de Covilhã resultou em informações valiosas sobre as Índias, com notícias acerca do comércio na região de Malabar - sobretudo na cidade de Calicute - dominado pelos egípcios e turcos, além de apresentar notícias sobre possíveis rotas e aliados no Oriente, o que demonstra o fato de que Vasco da Gama, ao realizar sua viagem naquela direção, possuía informações tanto sobre a navegação e a passagem para o Oceano Índico, graças a Diogo Cão e Bartolomeu Dias, quanto sobre os povos e o tipo de comércio realizado na região, graças a Pero de Covilhã.

Mesmo com a quantidade de informações obtidas e o início dos preparativos para a viagem em direção às Índias, esta não ocorreria no reinado de D. João II, devido, principalmente, à chegada de Colombo às terras do Ocidente, que posteriormente se descobriria serem um novo continente. O atraso nos planos de D. João II fez com que os méritos da chegada às Índias recaíssem sobre D. Manuel, que, apesar da oposição de parte de seus conselheiros (BARROS, 1983, p. 187), deu continuidade à política de expansão ultramarina e enviou, em 1497, uma expedição liderada por Vasco da Gama (VELHO, 1998), inaugurando a era de presença europeia cristã no Oriente, com a inserção de um novo elemento em uma realidade marcada pela diversidade política, econômica, étnica e linguística. Isto é demonstrado por João de Barros nas *Décadas*, quando afirma que na região havia diversos reinos e estados, além de dois tipos de religião: “um idolatra e outro mahometa” (BARROS, 1983, p. 53).

A partir desta viagem Portugal iniciou uma nova fase na sua política ultramarina, não mais de descobertas, mas de organização do comércio com a Índia, de envio de expedições de mercadorias, de negociações diplomáticas com os soberanos da região e, se necessário, de guerra. Já consciente das dificuldades que iria encontrar, o monarca nomeou Vasco da Gama não apenas como comandante da frota, mas também como embaixador e chefe militar, pela necessidade de realizar alianças políticas e comerciais e, caso fosse necessário, demonstrar o potencial bélico português.

Partindo do que foi exposto, podemos afirmar que a política externa lusitana estava pautada na neutralidade em relação aos conflitos europeus (GÓIS, 1926, p. 87-89), principalmente no que se refere à Península Ibérica, garantida graças à política de aproximação por meio do casamento e de guerras no Oriente, com os egípcios, turcos e seus aliados, geralmente muçulmanos, os quais se configuravam como os grandes inimigos da cristandade e, em especial, dos portugueses. Esta situação está presente nas Trovas de Bandarra, na Trova XC (1989, p. 63), que tratam do processo de expansão ultramarina identificando tanto os objetivos comerciais e de evangelização quanto os verdadeiros inimigos dos portugueses, o que demonstra mais uma vez seu conhecimento da dinâmica do processo ultramarino.

Destarte, Bandarra estava imbuído do espírito de sua época, marcada pela expansão ultramarina e pela guerra ao infiel, o que favoreceu o processo de centralização política promovido pelos monarcas portugueses, em especial a partir do reinado de D. João II, e permaneceu como uma das principais preocupações ainda no reinado de D. João III. Este continuou o projeto de conquista do monopólio do comércio oriental, intensificando os conflitos na região, optando, ainda, pelo abandono das praças portuguesas no Norte da África e pelo início da colonização no Brasil.

Com o falecimento de D. Manuel, por uma febre denominada de modorra, que, segundo Damiano de Gois, vinha matando muita gente em Lisboa (GÓIS, 1926, p. 195-197), ascendeu ao trono D. João III. Mantiveram-se as relações com o reino vizinho no que se refere à perspectiva de aproximação dinástica, ganhando papel de destaque a mulher do monarca, D. Catarina, irmã de Carlos V, o que pode ser identificado de forma mais contundente com a morte do rei, tendo-se em vista a disputa com D. Henrique, filho de D. Manuel e futuro rei de Portugal, em torno da tutoria de D. Sebastião.

A ascensão de D. João III ao trono deu-se sem maiores problemas, diferentemente do que ocorrera no reinado anterior e das disputas dinásticas que Portugal conheceria nos próximos anos. Seu reinado foi marcado pela apreensão resultante da morte prematura de seus três filhos jurados herdeiros, entre os nove que teve, abrindo espaço para que seu neto assumisse o trono e adquirisse a alcunha de “O Desejado”.

Bandarra retrata, em suas Trovas, a apreensão quanto à sucessão do reino, elaborando a partir disso suas expectativas no tocante ao rei salvador, aliando aspectos messiânicos à problemática dinástica. Partindo de seus autos inquisitoriais, podemos identificar o fato de que o sapateiro estava atento a estes problemas. A mais antiga notícia das Trovas era de dez anos antes do processo, ou seja, 1531<sup>4</sup>, mas sabemos também, através de seus autos, que as Trovas só foram compiladas em 1537 ou 1538, conforme indicação do próprio Bandarra<sup>5</sup>.

Foi esta a versão adquirida pelos inquisidores e utilizada como base para as publicações e reapropriações posteriores, o que nos indica a possibilidade de ter havido alterações na obra entre os anos de 1531 a 1537. Nesse momento os portugueses, e também Bandarra, tinham em D. Manuel o sucessor de D. João III, sendo possível que, ao tratar do rei salvador, esteja se referindo a este infante, de nome igual ao do Venturoso<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> disse que houvera / dez anos pouco mais ou menos que ele / Gonçallo Annes viera a esta cidade e pousara / com um João de Belbiz mercador / que pousava na Rua Nova dos Mercadores / cristãos novos; e que estivera em sua / casa bem trinta e tantos dias / até que se fora e que trazia consigo / um livro que está em poder dele / Inquisidor e que dali o dito João / Lopez o conhecia por aquele tempo / lhe vir ver aquele livro e que lhe vinha perguntar / a declaração das Trovas (a saber). Prefeitura Municipal de Trancoso (1996, Fólio 01 verso, 19-31).

<sup>5</sup> e disse mais ele Gonçallo Annes que era verdade / que estando ele em Trancoso havia três / ou quatro anos ou o que se achar em verdade / viera a ele um Eitor Lopez cristão-novo / tosador que vive na dita Vila de / Trancoso e lhe dissera que aquele / seu livro das Trovas andava já velho e roto / que ele lhe queria mandar tresladar em / muito boa letra e que ele Gonçallo Annes lho / dera para lhe mandar transladar em boa / letra e que então levava o dito livro / e transladou as ditas Trovas todas / em boa letra. Prefeitura Municipal de Trancoso (1996, Fólio 03, 17-29).

<sup>6</sup> O nascimento do infante levou Gil Vicente a redigir o *Auto da Lusitânia*, em que conta a história mítica do surgimento de Portugal, tendo em vista que a Lusitânia, filha do Sol, casa com Portugal, e não com Mercúrio, para quem estava prometida, garantindo, assim, que se tornasse cristão (VICENTE, 1965, p. 422-461).

Em relação ao Oriente, é no reinado de D. João III que o problema das Molucas é colocado, após a viagem de circunavegação de Fernão de Magalhães, que, segundo Frei Luís de Sousa, pegou de surpresa os portugueses, em especial o monarca, apesar de encontrarmos indicações na Crônica de D. Manuel sobre a proposta feita pelo navegador aos reis castelhanos, o que indica que tal fato não fora total novidade em Portugal.

Tal questão resulta no tratado de Saragoça, de 1529, quando Portugal aceitou pagar uma indenização pela posse das ilhas. Outro elemento que marcou o reinado de D. João III foi o debate sobre o abandono de posições, no Oriente ou na África, devido aos altos custos da manutenção e defesa do comércio de especiarias, já que a problemática moura e turca ainda não havia sido resolvida. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão (1978, p. 42), a opção pelo abandono do sonho de um Portugal marroquino, tido como continuidade da reconquista ibérica, dera-se na década de 1540, o que nos leva à conclusão de que Bandarra não tratava desta questão em suas Trovas, mas sim, da necessidade de união contra os turcos e árabes, verdadeiros inimigos da cristandade.

Não devemos nos esquecer de que a conjuntura no Oriente era de guerra, situação apresentada por Frei Luís de Sousa quando aborda o assunto, pois, além de dar conta do comércio com as Índias, havia a necessidade de enfrentar os mouros não só nas Índias, mas também na África, sendo estes caracterizados também aqui como o grande inimigo dos portugueses (SOUSA, 1951).

Ainda em relação ao Ultramar, D. João III não deixou de se preocupar com as questões da fé e com a necessidade de conversão, em especial no que se refere ao Oriente, tendo em vista o papel dos portugueses de povo escolhido para levar a palavra de Deus a todos os povos. É neste sentido que é informado por D. Pedro Mascarenhas, seu embaixador em Roma, sobre Inácio de Loyola e a recém-fundada "Congregação e Instituto da Companhia de Jesus". Ao ter a notícia,

Logo se persuadiu que por meio de tal gente alcançaria o que sua alma mais desejava, que era ver todas as partes do Oriente quem por armas tinha descoberto e sujeitado, alumadas com a luz da verdadeira fé e sujeitas ao jugo suavíssimo de Cristo, nosso Redentor, e de sua Igreja Sagrada (SOUSA, 1951, p. 163).

Ainda segundo o cronista, D. João III entendia que uma nova ordem, fundada no mesmo momento que se alcançavam e se conquistavam as Índias, era indicação da Providência Divina do desejo de levar o batismo para estas regiões. É neste sentido que escreve ao fundador da ordem dos jesuítas, solicitando que se encaminhe padres para o Oriente e, como resultado, tem-se o envio de Francisco Xavier, o Padre Misses Paulo e o irmão Francisco de Mansilhas, iniciando o consórcio entre o reino lusitano e o instituto. Ficou ainda em Portugal o Padre Mestre Simão Rodrigues, iniciando um trabalho que levaria à fundação de colégios e casas da companhia no reino.

Internamente, o monarca daria continuidade ao processo de construção de um aparelho burocrático eficaz e enfrentaria problemas, indicados nas cortes de 1526 e 1535 (SERRÃO, 1978, p. 42-43), os quais são também apontados por Bandarra em suas Trovas: as recorrentes reclamações contra os abusos da administração da justiça nos concelhos, a ociosidade das classes altas e a problemática dos cristãos-novos - que leva ao estabelecimento da inquisição em Portugal.

Percebemos, assim, que a questão ultramarina estava no centro das preocupações dos monarcas citados, além de ser tema recorrente para os cronistas e pensadores e de estar presente no imaginário social, como demonstrado por Bandarra. Apesar da distância entre a Vila de Trancoso e os principais portos lusitanos da época, em especial o de Lisboa, as questões referentes à expansão ultramarina não deixaram de influenciar sua obra, que antevia o reino como portador de um destino imperial, orgulhando-se das conquistas ultramarinas. São várias as referências, nas Trovas, sobre a expansão, como nas estrofes seguintes, quando trata do temor que os demais reinos teriam do poder marítimo português ou da forma justa como o monarca administra seu império ultramarino:

LXIX

Portugal é nome inteiro,  
Nome de macho, se queres:  
Os outros Reinos mulheres,  
Com ferro sem azeiro;  
E senão olha primeiro,  
Portugal tem a fronteira,  
Todos mudam a carreira  
Com medo do seu rafeiro (BANDARRA, 1989, p. 55).

LXXI

Este Rei tem tal nobreza,  
Qual eu nunca vi em Rei:  
Este guarda bem a lei  
Da justiça, e da grandeza.  
Senhoreia Sua Alteza  
Todos os portos, e viagens,  
Porque é Rei das passagens  
Do Mar, e sua riqueza (BANDARRA, 1989, p. 56).

Bandarra compartilhava de expectativas presentes também na literatura lusitana do século XVI, que, em geral, estava vinculada à corte e possuía pelo menos duas características importantes: a adesão dos pensadores portugueses ao humanismo cristão, de inspiração erasmiana, e as novidades apresentadas pela navegação que, na maior parte das vezes, não encontrava espaço dentro do academicismo português (MENDES, 1997).

O chamado humanismo cristão floresceu no reinado de D. João III, principalmente entre os pensadores que faziam parte da corte, a partir da concepção de um cristianismo ético e evangélico, que minimizava os efeitos do cisma iniciado por Lutero, tendo por princípio que todo o conhecimento partia da Bíblia, em primeiro lugar, e dos autores antigos, em segundo. Já a chamada “literatura dos descobrimentos” caracteriza-se pelo movimento de ideias acionadas pelas navegações, tendo na vivência e no praticismo a essência de seu saber. Esse conhecimento, entretanto, não era aceito pelos adeptos de um conhecimento livresco, ou seja, pelos chamados “humanistas importados” (MENDES, 1997). O que os instigava, segundo Antonio Rosa Mendes (1997, p. 350), era a ideia de epopeia, a dimensão épica e proselitista da expansão.

O que unia os dois polos de pensamento do século XVI era o ideal de expansão da fé, associado ao de Novo Mundo, e o de império, identificando nas descobertas uma missão providencial que iluminaria os portugueses. Isso faz da obra de Bandarra uma espécie de síntese destes polos, ao tratar da conversão universal promovida pelos portugueses como algo previsto e presente nas profecias, sendo missão dos lusitanos pôr fim a todas as heresias, levando à formação de um império universal após conquistar todos os reinos, em especial os da região das Índias:

CVI  
Se lerdes as Profecias  
De Jeremias,

Irão dos cabos da terra  
Tomar os Vales, e Serra,  
Pondo guerra,  
E tirar as heresias,  
Derrubar as Monarquias,  
E fantasias  
Serão bem apontoadas,  
Serão todas derrubadas,  
Desconsoladas  
Fora das possentadorias (BANDARRA, 1989, p. 73).

O ambiente tornara-se hostil ao humanismo cristão após o Concílio de Trento (GREEN, 1984), privilegiando-se, a partir daí, uma literatura doutrinal e apologética, cujo maior expoente, nos séculos XVI e XVII, foi o neoescolaticismo jesuítico, também denominado de segunda escolástica (MENDES, 1997, p. 363), tendo como principal característica uma acomodação da doutrina teológica às humanidades. Este foi o período da morte de D. Sebastião e da perda da soberania do reino, o que favoreceu um sentimento de desengano e uma nostalgia em relação aos tempos áureos dos descobrimentos.

Segundo Antonio Rosa Mendes (1997), esse sentimento resolveu-se pelo apelo profético, pois garantia sua grandiosidade, moldada a partir das grandes navegações. Desta forma, o ambiente era propício para as formulações das expectativas messiânicas de retorno de D. Sebastião, ou seja, o sebastianismo, e do Quinto Império do Mundo, tendo como uma de suas principais fontes de inspiração a obra de Bandarra (MENDES, 1997, p. 363).

Algumas características aqui presentes também aparecem nas Trovas de Bandarra, como a grandeza do reino, o caráter hagiográfico da história de Portugal, com intervenções de Deus em favor dos lusitanos, e o destaque para os mouros como inimigos da cristandade em geral, e dos portugueses em particular, chegando a realizar críticas aos povos cristãos, que, segundo Camões, deveriam unir-se contra o verdadeiro inimigo, os muçulmanos, ao invés de estarem em guerra, em referência à Reforma Protestante:

Ó míseros cristãos, pola ventura  
Sois os dentes, de Cadmo desparzidos,  
Que uns aos outros dão à morte dura,  
Sendo todos de um ventre produzidos?  
Não vedes a divina sepultura

Possuída de cães, que sempre unidos,  
 Vos vem tomar a vossa antiga terra,  
 Fazendo-se famosos pola guerra?  
 [...]  
 Aquelas invenções, feras e novas,  
 De instrumentos mortais da artilharia  
 Já devem de fazer as duras provas  
 Nos muros de Bizâncio e de Turquia.  
 Fazei que torne lá às silvestres covas  
 Dos cáspios montes da Cítia fria  
 A turca geração, que multiplica  
 Na polícia da vossa Europa rica (CAMÕES, 1980, p. 427-428).

Para demonstrar a superioridade de Portugal em relação aos Orientais e o fato de que o reino de Portugal contava com proteção divina, Camões narra o aparecimento de Deus ao fundador do reino, D. Afonso Henriques, o que garante a vitória da cristandade sobre os mouros, fato que se repetiria com a expansão ultramarina:

A matutina, serena e fria,  
 As estrelas do polo já apartava,  
 Quando na Cruz o filho de Maria,  
 Amostrando-se a Afonso, o animava.  
 Ele, adorando Quem lhe aparecia,  
 Na Fé todo inflamado assim gritava:  
 - Aos infiéis, Senhor, aos infiéis,  
 E não a mi, que creio o que podeis!

Com tal milagre os ânimos da gente  
 Portugueses inflamados, levantavam  
 Por seu rei natural este excelente  
 Príncipe, que do peito tanto amavam;  
 E diante do exército potente  
 Dos inimigos, gritando, o céu tocavam,  
 Dizendo em alta voz: - Real, real,  
 Por Afonso, alto rei de Portugal! (CAMÕES, 1980, p. 213).

Assim como Luís de Camões, as Trovas de Bandarra tratam Portugal como Reino de Deus na Terra e os portugueses como Seus filhos, herdeiros de Israel. Neste caso, não se tratava da sacralização do rei, mas sim do reino, pois, para os portugueses, o único modo de o homem alcançar o absoluto seria através da realização, na história, da vontade divina (COSTA, 1986, p. 62). Os mouros aparecem como o

grande inimigo da cristandade, estando destinada aos portugueses, desde a Batalha de Ourique, a vitória.

Em todas estas obras destaca-se a grandeza de Portugal e de seus monarcas, confirmando o fato de que, na época, era comum a crença na grandeza e no futuro glorioso de Portugal, vinculados à expansão ultramarina, sendo esta a grande missão dos portugueses, anunciada por Cristo a D. Afonso Henriques. Na "Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel, composta por Damião de Góis" (GÓIS, 1926), são recorrentes as referências à expansão ultramarina, chegando mesmo a confundir-se com uma narrativa da expansão, tida como a grande obra do reinado de D. Manuel.

É o que vemos em Bandarra, que destaca a grandeza não só do reino, mas do rei, que merecia sua posição mais do que qualquer outro, já que fora escolhido por Deus. Além disso, destaca o papel das frotas portuguesas, numa possível referência à disputa pelo comércio oriental, quando os mouros viam-se obrigados a desviar-se dos portugueses, e a conquista do Norte da África, ao citar Fez e Marrocos. Aborda ainda o fato de que muitos se tornaram tributários do reino, algo também demonstrado por Damião de Góis (1926), o que evidencia que Bandarra, nos estrofes LXVIII, LXIX e LXXXV, assim como seus contemporâneos, vinculava a grandeza do reino com o sucesso da expansão ultramarina (BANDARRA, 1989).

O mesmo ocorre na obra de João de Barros, que, usando a voz de Clarimundo, reafirmava a grandeza e a proteção divina do reino, o que garantiria a realização de grandes obras, em especial, a expansão ultramarina e a vitória sobre os mouros - daí destacar a figura de D. Manuel, capaz de manter-se em paz com os cristãos e, ao mesmo tempo, fazer guerra aos mouros:

Ó tu Imensa e Sacra verdade,  
Verdade da suma e clara potência,  
Que mandas, que reges com tal providência  
As cousas que obraste na mente, e vontade;  
Ó trina em pessoas, e só divindade,  
Infunde em mim graça para dizer  
As obras tão grandes que hão-de fazer  
Os reis portugueses com sua bondade.  
[...]  
Ó tempos, ó tempos, tempos de guerra  
De guerra com Mouros, e paz com os Cristãos

Quem fosse então por beijar as mãos,  
As mãos que terão por divisa Espera!  
Ó divinas obras, nas quais se esmera  
A fama famosa do grã Manuel,  
Quem se visse naquele tropel  
Que vós cercareis as partes da terra! (BARROS, 1983, p. 92,  
101).

Há, ainda, outros elementos que aproximam a obra de Bandarra com a de João de Barros, como a referência de que todos temeriam, no Além-mar, o rei de Portugal, a identificação do reino com o Leão e a referência ao grande despejo, que João de Barros identifica com Afonso Henriques, enquanto Bandarra faz alusão a D. Fernando (BARROS, 1983, p. 104-106; BANDARRA, 1989).

É possível identificarmos ainda, nas Trovas, a formação de uma burocracia régia, criticada por Bandarra ao tratar do papel dos notários, tabeliões, bacharéis e procuradores, acusando-os de corrupção, ou a crise da nobreza lusitana, que, segundo o sapateiro, estava sendo trocada por dinheiro, em referência a um aspecto da banalização deste estado. Além disso, a própria obra pode ser considerada como um elemento de afirmação de uma identidade lusitana, ao tratar de elementos fundamentais para o período, como o papel de Portugal como defensor do cristianismo e o processo de expansão ultramarina, os quais, aliados a questões como a grandeza imperial do reino, a identificação dos mouros como inimigos da cristandade e a história hagiográfica do reino, aproximam-no dos autores da época, o que demonstra que tais questões não estavam restritas à corte, mas fazia parte das expectativas dos lusitanos em geral.

#### REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, F. Verdadeira informação das terras do preste João das Índias. Lisboa: Europa América, 1989.
- BANDARRA, G. A. *Profecias do Bandarra*. Lisboa: Vega, 1989.
- BARROS, J. de. *Décadas*. Lisboa: Sá da Costa, 1983.
- CAMÕES, L. de. *Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

- COSTA, D. L. Pereira da. *Místicos portugueses no século XVI*. Porto: Lello e Irmão, 1986.
- GÓIS, D. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- GREEN, V. H. H. *Renascimento e reforma luterana*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.
- MAGALHÃES, J. R. *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997.
- MAGALHÃES, J. R. O rei. In: MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 61-71.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MENDES, A. R. A vida cultural. In: MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 333-371.
- PINA, R. de. *Crónica de El-Rei D. João II*. Coimbra: Atlântida, 1950.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TRANCOSO. Câmara Municipal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Processo de Gonçalo Annes Bandarra: decifração paleográfica de Arnaldo da Soledade*. Trancoso, 1996.
- RADULET, C. M. Os italianos em Portugal. In: CHANDEIGNE, Michael. *Lisboa ultramarina: 1415 – 1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. p. 95-104
- SERRÃO, J. V. *História de Portugal: a restauração e a monarquia absoluta (1640 - 1750)*. Lisboa: Verbo, 1982.
- SERRÃO, J. V. *História de Portugal: o século de ouro (1495-1580)*. Lisboa: Verbo, 1978.
- SOUSA, F. L. de. *Anais de D. João III*. Lisboa: Sá da Costa, 1951.
- VELHO, Á. *O descobrimento das Índias: o diário da viagem de Vasco da Gama*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- VICENTE, G. *Auto da Lusitânia*. Porto: Lello & Irmãos, 1965.